

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LOGÍSTICA

MARIA ELISANGELA CHAVES DOS SANTOS

TECNOLOGIA ASSISTIVA:

Uma pesquisa sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas portadoras de necessidades especiais na cidade de Araguaína-TO

ARAGUAÍNA
2016

MARIA ELISANGELA CHAVES DOS SANTOS

TECNOLOGIA ASSISTIVA:

Uma pesquisa sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas portadoras de necessidades especiais na cidade de Araguaína-TO

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade de artigo científico, apresentado ao curso Superior de Tecnologia em Logística da Universidade Federal do Tocantins, para obtenção do grau de Tecnóloga em Logística.

Orientadora: Prof^a. Esp. Débora Oliveira de Souza

ARAGUAÍNA
2016

MARIA ELISANGELA CHAVES DOS SANTOS

TECNOLOGIA ASSISTIVA:


uma pesquisa sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas portadoras de necessidades especiais na cidade de Araguaína-TO

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade de artigo científico, apresentado ao curso Superior de Tecnologia em Logística da Universidade Federal do Tocantins, para obtenção do grau de Tecnóloga em Logística.

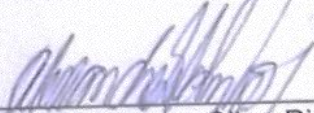
Orientadora: Profa. Esp. Débora Oliveira de Souza

Aprovado em: 02 / 12 / 16.

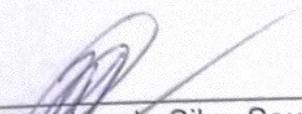
BANCA EXAMINADORA



Profa. Esp. Débora Oliveira de Souza (Orientadora)
Universidade Federal do Tocantins



Prof. Me. Alexandre Silva Pinheiro
Universidade Federal do Tocantins



Prof. Me. Werton da Silva Souza
Universidade Federal do Tocantins

TECNOLOGIA ASSISTIVA:

Uma pesquisa sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas portadoras de necessidades especiais na cidade de Araguaína-TO

Maria Elisangela Chaves dos Santos¹
Débora Oliveira de Souza²

RESUMO

Por muitos anos as pessoas com deficiências eram discriminadas por toda a sociedade, inclusive por sua própria família. Só então apesar de muitas lutas e reivindicações esse público vem aos poucos sendo reconhecido e valorizado pela sociedade. O presente artigo teve por objetivo investigar como as pessoas portadoras de necessidades especiais percebem a acessibilidade ao mercado de trabalho com o uso de Tecnologias Assistivas (TA's) na cidade de Araguaína-TO. O estudo classifica-se como uma abordagem qualitativa, através de estudo de caso, com 6 (seis) Portadores de Necessidades especiais (PNE's), 3 (três) destes que atuam no mercado de trabalho e 3 (três) desempregados, na intenção de conhecer os desafios enfrentados por eles. Quanto aos resultados, percebeu-se que os PNE's se sentem completamente desassistidos e sem oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Verificou-se também que as empresas não oferecem efetivamente recursos de TA necessários aos PNE's, constatando-se que muitas das vezes as empresas só os contratam para realizar o cumprimento da lei que as obriga a reserva de vagas para pessoas deficientes.

Palavras-Chave: Tecnologia Assistiva; Portadores de Necessidades Especiais; Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

For many years people with disabilities were discriminated by society, even by their own family. Only then despite many struggles and demands that public is gradually being recognized and valued by society. This article aimed to investigate how people with disabilities realize accessibility to the labor market with the use of Assistive Technology (TA's) in the city of Araguaína-TO. The study also ranks as a qualitative approach, using the case study, with six (6) Special Needs People (PNE's) three (3) those who work in the labor market and three (3) who are unemployed in the intention to meet the challenges faced by them. For the results, it was realized that PNE's feel completely unassisted and without insertion opportunities in the labor market. It was also found that companies do not effectively provide TA resources needed to PNE's, noting that often companies only hire them to carry out the enforcement of the law that requires them to reserve places for disabled people.

Keywords: Assistive Technology; Special Need People; Labor Market.

¹ Acadêmica do curso de Gestão em Tecnologia em Logística da Universidade Federal do Tocantins - UFT; E-mail: c.elisangela20@gmail.com.

² Especialista em Inovação pela Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica – FUCAPI, Professora na Universidade Federal do Tocantins - UFT; E-mail: debora.souza@uft.edu.br

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS (2012), por meio do Relatório Mundial de Deficiência, estima-se que existam, no mundo inteiro, mais de 1 bilhão de pessoas com algum tipo de deficiência, já no Brasil isso corresponde a 6,2% da população brasileira, segundo dados divulgados pelo Censo de 2013, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013).

Ao longo do tempo, vem surgindo diversas formas de proporcionar às pessoas com algum tipo de deficiência, uma melhor qualidade de vida, independência e principalmente a inclusão destas no meio social. É sabido que muitas pessoas tem a intenção de buscar melhorias, apontada para uma sociedade que inclua todas as pessoas com algum tipo de necessidade especial e uma das formas de realizar algum tipo de mudança, é propondo saídas que facilitem a vida diária destas pessoas, tais como sua locomoção, atuação no mercado de trabalho, educação, lazer, prática de esporte, saúde, dentre muitas outras (IBGE, 2013).

Para que haja efetivamente a inclusão, é essencial a busca de instrumentos e ferramentas como forma de minimização das dificuldades enfrentadas por estes, que podem ser 'solucionadas' através das Tecnologias Assistivas – TA, que apresenta a essas pessoas v possibilidades como comunicação, mobilidade, integração e até mesmo a oportunidade de atuar no mercado de trabalho, sem a exclusão, que é tão permanente nos dias atuais.

Contudo, o uso de tecnologias assistivas para a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ambiente de trabalho, embora tenha suas potencialidades, ainda é um meio pouco discutido, existindo muitas barreiras e preconceitos a serem vencidos, para que a integração da pessoa com deficiência aconteça de forma plena no mercado de trabalho. Pensando nisto, definiu-se como problemática o seguinte questionamento, que norteará esta pesquisa: Quais os desafios que as pessoas portadoras de necessidades especiais enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho na cidade de Araguaína-TO?

Esta pesquisa justifica-se pela importância e benefícios trazidos pelo uso de tecnologias assistivas para a vida de pessoas portadoras de necessidades especiais, proporcionando maior independência, autoestima, inclusão social, qualidade de vida e autonomia para que elas tenham um maior controle sobre seu ambiente, capacidade

de aprendizado, conseguindo se comunicarem e se moverem melhor, o que faz com que exerçam suas atividades laborais com maior eficiência e qualidade.

Neste sentido, o objetivo geral deste artigo é investigar como as pessoas portadoras de necessidades especiais percebem a acessibilidade ao mercado de trabalho com o uso de tecnologias assistivas, e como objetivos específicos: 1) identificar aspectos que dificultam a contratação de PNE's; 2) analisar o atual cenário de inclusão ao mercado de trabalho na cidade de Araguaína-TO; e 3) propor estratégias que contribuam a inclusão através das TA's no mercado de trabalho no município.

Esta pesquisa é de natureza descritiva e exploratória (campo) com abordagem qualitativa, apoiada em pesquisa bibliográfica, subsidiada em autores como Bersch (2008), Manzini (2005) e Gianullo (2011), dentre outros. As técnicas de pesquisa foram através da aplicação de um questionário realizado com um universo de 6 (seis) pessoas, portadoras de necessidades especiais, residentes na cidade de Araguaína-TO.

A estrutura deste artigo está dividida em quatro unidades, primeiramente introdução, onde é feita a contextualização deste estudo, no segundo capítulo é apresentando o Referencial, intitulado *Uma reflexão teórica sobre tecnologia assistiva e o mercado de trabalho* e refere-se aos conceitos e evolução da Tecnologia Assistiva - TA, na terceira seção, é exposto a Metodologia que se deu esta pesquisa, já no quarto capítulo, são mostrados os resultados e análise deste estudo.

2 UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE TECNOLOGIA ASSISTIVA E O MERCADO DE TRABALHO

Nos próximos tópicos serão apresentados por alguns autores, como o uso das Tecnologias Assistivas influencia na vida das pessoas com algum tipo de deficiência e na inserção destas no mercado de trabalho.

2.1 BREVE HISTÓRICO E CONCEITOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

Para qualquer pessoa, exercer uma atividade profissional traz vários significados, tais como a satisfação pessoal, a possibilidade do reconhecimento social, autoestima, além disso, exerce um papel primordial na construção da identidade,

definindo as formas de inserção das pessoas no mundo. São esses tipos de vínculos no dia-a-dia que permitem essa construção tanto individualmente quanto socialmente, além de estruturar o tempo e o funcionamento deste perante a sociedade.

Nos últimos dias, a contratação de pessoas com algum tipo de deficiência é bastante discutido, pois muitas das vezes estas sofrem algum tipo de exclusão, e as dificuldades enfrentadas por estes indivíduos no mercado de trabalho, na maioria dos casos, apenas são compreendidas por aqueles que vivenciam esse processo.

De acordo com Cruz *et al* (2015, p. 383):

Historicamente, pessoas com algum tipo de deficiência passaram por processos de segregação, marginalização e estigmatização. O movimento e lutas pelos direitos das pessoas com deficiência, em busca de igualdade iniciou a partir da década de 1960, relacionado à necessidade de acesso ao trabalho. O direito ao trabalho e a outras atividades pertinentes à vida do homem pode ser visto como resultado de movimentos sociais que resultaram em legislações, convenções, declarações, políticas e ações que contribuíram para a implementação de políticas sociais, das oportunidades e relações com as pessoas com deficiência.

Nota-se na fala dos autores, que não é de hoje que as pessoas com deficiência sofrem algum tipo de exclusão, a luta por seus direitos já vem há muito tempo, principalmente no que diz respeito a inserção destas no mercado de trabalho, o que por direito conseguiram se constituir por meios de leis que os amparassem, embora estas ainda não sejam efetivamente cumpridas, além de programas e políticas sociais para que estas se sintam parte da sociedade.

Os indivíduos com deficiência apresentam dificuldades e podem precisar de ajudas para realizar determinadas atividades no dia a dia. Esses obstáculos podem estar relacionados à mobilidade, à aprendizagem e à comunicação, prejudicando seus desempenhos das atividades realizadas em casa, na escola, no lazer ou no trabalho (CRUZ *et al*, 2015).

Nessa perspectiva, a Tecnologia Assistiva veio para contribuir e apoiar o desenvolvimento de determinadas atividades, incluindo, portanto o trabalho. O termo Tecnologia Assistiva, de acordo com Bersch (2008), é um termo considerado novo, que identifica toda a variedade de recursos e serviços que possibilitam ou aumentam as capacidades funcionais das pessoas portadoras de necessidades especiais, proporcionando-lhes independência e inclusão.

Os autores Cook e Hussey (1995 *Apud* BERSCH, 2013) definem Tecnologia Assistiva, como “uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas

concebidas e aplicadas para minorar os problemas funcionais encontrados pelos indivíduos com deficiências”.

Assim como a tecnologia, em um âmbito geral, é feita para facilitar a vida das pessoas na execução de atividades diárias, a TA, tem o papel de facilitar a vida das pessoas que tenham algum tipo de limitação ou mesmo possibilitá-las a realizar atividades que a princípio seriam impossíveis para elas, concedendo-lhes assim, independência, que por consequência aumentará sua autoestima, confiança em si mesma e melhorará sua qualidade de vida.

A Norma ISO 9999, tem por objetivo classificar os produtos assistivos, em sua abrangência, especialmente produzidos ou disponibilizados para pessoas com deficiência. A definição de Tecnologia Assistiva trazida pela Norma Internacional ISO 9999 (2007, p. 6) é:

[...] qualquer produto, instrumento, estratégia, serviço e prática, utilizado por pessoas com deficiência e pessoas idosas, especialmente produzido ou geralmente disponível para prevenir, compensar, aliviar ou neutralizar uma deficiência, incapacidade ou desvantagem e melhorar a autonomia e a qualidade de vida dos indivíduos.

Nota-se que há um incontável número de possibilidades de criação e utilização de recursos, ferramentas ou processos simples e de baixo custo que podem e devem ser utilizados para o aumento da capacidade de um portador de necessidade especial realizar alguma atividade, com maior independência e autonomia, sendo que, de acordo com a norma, qualquer instrumento, produto ou objeto utilizado para sanar ou diminuir uma deficiência é considerado TA.

Essa concepção vai de encontro com a definição trazida por Manzini (2005, p. 82) dizendo que:

Os recursos de tecnologia assistiva estão muito próximos do nosso dia a dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de tecnologia assistiva uma bengala, utilizada por nossos avôs para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência.

Assim, fica claro que a Tecnologia Assistiva está muito presente no dia a dia, considerando-se a utilização de simples objetos como recurso de TA, como uma colher adaptada, um programa de computador que visa a acessibilidade, ou um suporte para texto ou livro, passando muitas vezes despercebido, por não ser algo

que envolva uma tecnologia avançada, um alto custo ou um treinamento intensivo para a sua utilização.

O Comitê de Ajudas Técnicas - CAT (2008, p. 1) traz o seguinte conceito de Tecnologia Assistiva:

Uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Observa-se, que a TA é de característica interdisciplinar por envolver várias áreas de conhecimento, ou seja, para se encontrar, criar ou definir esses produtos, recursos, metodologias, estratégias e práticas que auxiliem as pessoas em suas deficiências, precisa-se envolver todas as áreas da vida do portador de necessidades especiais, passando pela análise e contribuição de médicos, engenheiros, fisioterapeutas, designers, professores, dentre outros especialistas.

Em relação ao serviço, pode-se considerar a função que os especialistas têm, de trabalhar com as pessoas portadoras de necessidades especiais, também a responsabilidade de organizar e sistematizar quais produtos, recursos ou metodologias que mais sejam úteis para cada uma delas em suas necessidades particulares, visando sua autonomia, ou seja, possibilitando-as de fazer algo que normalmente não conseguiriam sozinhas.

2.2 CATEGORIAS E CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

Os recursos de TA utilizados por pessoas portadoras de necessidades especiais, ajuda na realização de atividades do cotidiano de forma independente. Os produtos de TA, compõem uma esfera abrangente de possibilidades e recursos, levando em consideração o fato de que qualquer ferramenta, adaptação, equipamento ou sistema que proporcione o favorecimento da autonomia, atividade ou participação de um PNE é de fato um produto de TA. A classificação dos recursos de Tecnologia Assistiva é feita à partir dos objetivos funcionais a que são destinados (BERSCH, 2008).

Bersch (2008) traz 12 categorias diferentes de Tecnologia Assistiva, conforme se apresentam no Quadro 1.

| CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS DE TA | |
|---|--|
| TIPOS DE RECURSOS | CARACTERÍSTICAS |
| Auxílios para a vida diária e vida prática | São os produtos e recursos que possibilitam autonomia, independência, ou facilitam o cuidado de pessoas portadoras de necessidades especiais, para realizar tarefas naturais do dia a dia como se alimentar, cozinhar, vestir-se, tomar banho e executar necessidades pessoais; |
| CAA – Comunicação Aumentativa e Alternativa. | Voltada a atender as necessidades das pessoas que não conseguem falar ou escrever |
| Recursos de acessibilidade ao computador | Conjunto de hardwares e softwares criados para possibilitar o uso do computador à pessoas que tenham privações visuais e auditivas, intelectuais e motoras; |
| Sistemas de controle de ambiente | Através do uso de um controle remoto que pode ser acionado de forma direta ou indireta, as pessoas com limitações motoras podem executar tarefas em sua casa ou ambiente de trabalho, como ligar e desligar a luz, o som, televisores, ventiladores, abrir e fechar portas e janelas, acionar sistemas de segurança, entre outros; |
| Projetos arquitetônicos para acessibilidade. | Projetos de edificação e urbanismo, adaptações estruturais e reformas na casa ou ambiente de trabalho, que garantem acesso, funcionalidade e mobilidade, reduzindo ou eliminando as barreiras físicas à todas as pessoas, independentemente de sua condição física ou sensorial; |
| Órteses e próteses | Órteses são peças colocadas junto a uma parte do corpo, auxiliando-a em sua função. Próteses são peças artificiais que substituem partes ausentes do corpo; |
| Adequação Postural. | Diz respeito a seleção de recursos que alinhem a postura, deixando-a de forma estável, confortável e com boa distribuição do peso corporal; |
| Auxílios de mobilidade. | Equipamentos e estratégias utilizadas de forma a melhorar a mobilidade de uma pessoa; |
| Auxílios para a qualificação da habilidade visual e recursos que ampliam a informação a pessoas com baixa visão ou cegas. | São os equipamentos que auxiliam uma pessoa a enxergar melhor ou assimilar informações através de outros sentidos; |
| Auxílio para pessoas com surdez ou com déficit auditivo | São os equipamentos que auxiliam uma pessoa a ouvir melhor ou compreender o que precisa através de outros sentidos; |
| Mobilidade em veículos | São os acessórios utilizados de forma a possibilitar que uma pessoa com deficiência conduza um automóvel; |
| Esporte e Lazer | São os recursos que favorecem a prática de esporte e participação em atividades de lazer. |

Quadro 1: Classificação dos recursos de TA

Fonte: Elaboração própria a partir dos estudos de Bersch, 2008.

As limitações de um PNE tornam-se entraves em alguns processos de sua relação com a sociedade e na realização de atividades naturais do dia-a-dia. Os produtos de TA são uma maneira tangível de minimizar ou neutralizar essas limitações e através desses recursos de acessibilidade inserir o PNE em ambientes de aprendizagem e desenvolvimento, seja em casa, na escola, ou em qualquer outro ambiente.

Consta na Legislação Brasileira em seu Decreto 3.298 de 1999, no artigo 19, sobre o direito às ajudas técnicas, do cidadão com deficiência que consideram-se ajudas técnicas

(ou produtos de TA), os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social. De acordo com o referido Decreto, Parágrafo Único, que é considerado qualquer tipo de ajuda técnicas os seguintes equipamentos:

- I - próteses auditivas, visuais e físicas;
- II - órteses que favoreçam a adequação funcional;
- III - equipamentos e elementos necessários à terapia e reabilitação da pessoa portadora de deficiência;
- IV - equipamentos, maquinarias e utensílios de trabalho especialmente desenhados ou adaptados para uso por pessoa portadora de deficiência;
- V - elementos de mobilidade, cuidado e higiene pessoal necessários para facilitar a autonomia e a segurança da pessoa portadora de deficiência;
- VI - elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização para pessoa portadora de deficiência;
- VII - equipamentos e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa portadora de deficiência;
- VIII - adaptações ambientais e outras que garantam o acesso, a melhoria funcional e a autonomia pessoal; e
- IX - bolsas coletoras para os portadores de ostomia. (BRASIL, 1999)

Levando-se em consideração essa classificação de tipos de equipamentos, torna-se mais fácil atender às necessidades de pessoas com deficiência, garantindo sua inserção e permanência em todos os serviços oferecidos à sociedade.

2.3 DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE AO MERCADO DE TRABALHO

Nos próximos tópicos serão apresentados alguns dados sobre os tipos de deficiências existentes no Brasil, sobre o cenário do mercado de trabalho para as pessoas portadoras de necessidades especiais e o que a legislação brasileira diz a respeito dos direitos destas.

2.3.1 Tipos de deficiência

Segundo estimativa do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2010) há no Brasil mais de 45 milhões de pessoas portadoras de deficiências (PPDs). Destas, mais de 9 milhões são portadoras de algum tipo de deficiência física. O referido grupo de pessoas necessita de uma proteção específica e, para alcançar essa finalidade, foi criada a Declaração dos Direitos da Pessoa Deficiente (2009) que traz a proposta de respeito à sua dignidade como ser humano

e os define como “qualquer indivíduo humano incapaz de assegurar a si mesmo, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou adquirida”.

O Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, diz em seu Artigo 5º que os órgãos da administração pública, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, considerando qualquer pessoa que se enquadram nas seguintes categorias:

| CATEGORIA | DESCRIÇÃO |
|--------------------------------|--|
| Deficiência física | Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções |
| Deficiência auditiva | Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz; |
| Deficiência visual | Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; |
| Deficiência mental | Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: Comunicação; Cuidado pessoal; Habilidades sociais; Utilização dos recursos da comunidade; Saúde e segurança; Habilidades acadêmicas; Lazer; e trabalho |
| Deficiência múltipla | Associação de duas ou mais deficiências |
| Pessoa com mobilidade reduzida | Aquele que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. |

Quadro 2: Tipos de Deficiência

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Decreto nº 5.296

O Poder Público, em especial a Administração Federal, tem o dever de assegurar às pessoas com qualquer tipo de deficiência o pleno exercício e a viabilização de seus direitos individuais e sociais, sua integração social, promover ações governamentais visando o cumprimento das leis, conferir tratamento prioritário e adequado aos assuntos relativos às pessoas com deficiência, implementar a Política Nacional para a integração da Pessoa com Deficiência, com a criação e o desenvolvimento de planos, programas e projetos específicos.

De acordo com o Censo demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 45 milhões de brasileiros possuíam algum

tipo de deficiência, dos quais se apresentam na Fig. 1 a porcentagem dos diferentes tipos de deficiência e suas características.

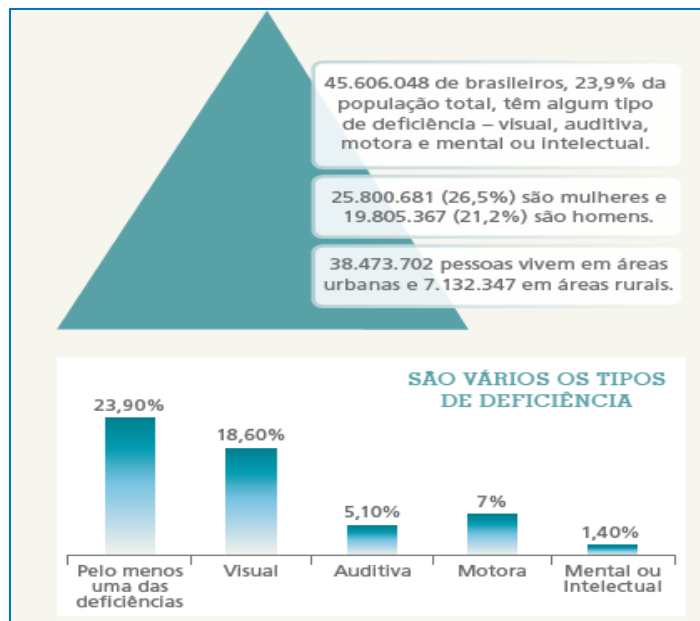


Figura 1: Características Gerais das Pessoas com Deficiência
Fonte: IBGE, censo demográfico, 2010

Com base na população residente no país, 23,9% possui pelo menos uma das deficiências investigadas (auditiva, visual, motora ou intelectual). A prevalência de cada deficiência variou de acordo com sua natureza. A deficiência visual apresenta maior ocorrência, afetando 18,6% da população. Encontra-se em segundo lugar a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual em 1,40%.

2.3.2 Mercado de trabalho para os portadores de necessidades especiais

Segundo Oliveira; Araújo e Romagnoli (2006), antigamente, praticava-se o extermínio das pessoas que tinham alguma deficiência, por estas serem consideradas incômodas, porém a visão ao seu respeito vem, aos poucos, sendo modificada:

Se, entre os antigos, elas podiam ser exterminadas, suas representações passam por sucessivas transformações, que, aos poucos, lhes permite serem reconhecidas como pessoa e, finalmente, como cidadãos de direitos e deveres. (OLIVEIRA; ARAÚJO e ROMAGNOLI, 2006, p.79)

Há um longo processo histórico por trás da contratação de pessoas com deficiência. De acordo com o Relatório Mundial Sobre a Deficiência (2012), pessoas com deficiência ocupam variados cargos e profissões pelo mundo e quase todos os

trabalhos podem ser realizados por estas. Porém, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, pessoas com deficiência apresentam baixas taxas de empregabilidade e taxas muito mais altas de desemprego, do que pessoas sem deficiência, tornando-se assim uma das principais vias pelas quais a deficiência pode levar à pobreza.

Segundo o Relatório Mundial Sobre a Deficiência (2012, p. 247) as pessoas portadoras de deficiência estão em desvantagens no mercado de trabalho, “podendo ser responsáveis por essa exclusão a falta de acesso à educação e treinamento, ou a recursos de financiamento, o ambiente de trabalho ou a percepção de empregadores acerca dessas pessoas”.

Ainda de acordo com o mesmo Relatório, educação e treinamento são primordiais para que se desempenhe um bom trabalho e de forma produtiva, porém, pessoas com deficiência não costumam ter acesso à educação formal ou oportunidades de desenvolver suas habilidades. Elas enfrentam ainda grandes dificuldades de acesso físico ao emprego, algumas não conseguem pagar ida e volta do trabalho todos os dias e podem enfrentar discriminação por parte de empregadores pelos mesmos terem conceitos errôneos em relação às suas capacidades ou por não quererem incluí-las em sua equipe de trabalho, muitas das vezes porque não querem realizar modificações e adaptações.

De acordo com Gianullo (2011), apesar da grande colaboração do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho, o Brasil ainda emprega poucas pessoas com deficiência. Pois o nível de consciência de Responsabilidade Social no país com relação a este tema ainda é baixo. “O número de profissionais de Recursos Humanos, médicos do trabalho e líderes das áreas empresariais que conhecem os alcances e limites das pessoas com deficiência ainda não é suficiente para a demanda”, ressalta a autora (GIANULLO, 2011, p. 12).

Percebe-se que a questão vai além de contratar pessoas com deficiência, mas compete também oferecer-lhes oportunidades e possibilidades de desenvolverem seus talentos e capacidade de permanecerem na empresa, obedecendo os critérios previamente estabelecidos, garantindo-lhes condições de interações com os demais funcionários e demais parceiros, possibilitando assim o cumprimento de alguns de seus direitos como trabalho, remuneração digna, educação, dentre outros.

2.3.2.1 A Legislação e o acesso ao mercado de trabalho

O artigo 27 do Decreto nº 6.949 da Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência, das Nações Unidas reconhece:

[...] o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Esse direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência. (BRASIL, 2009)

A sociedade traz historicamente um cenário de exclusão imposto às pessoas com deficiência, sendo vistas como incapazes de realizar alguma atividade, e este deve ser superado pela realização de ações afirmativas e a conscientização da sociedade em relação ao grau de potencialidade encontrado nas pessoas portadoras de necessidades especiais e da influência positiva que o trabalho laboral tem para o aumento da autonomia e autoestima das mesmas. A inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no ambiente de trabalho, tornou-se crescente à partir da criação de leis e ações sociais que lhes assegurem esse direito.

A Lei 8.213/91, também conhecida como Lei de Cotas, no seu artigo 93, defende o emprego das pessoas com deficiência, visando aumentar-lhes o número de oportunidades, dizendo que:

A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

| | |
|------------------------------|-----|
| I - até 200 empregados..... | 2%; |
| II - de 201 a 500..... | 3%; |
| III - de 501 a 1.000..... | 4%; |
| IV - de 1.001 em diante..... | 5%. |

A inclusão social no mercado de trabalho envolve o fato de todas as pessoas terem direito a oportunidades iguais de acesso ao trabalho, demandando assim que os empregadores, trabalhadores e portadores de necessidades especiais passem juntos por desafios de aprendizagem, aceitação de diferenças, produtividade e qualificação através da cooperação.

Sasaki (1997) caracteriza que uma empresa inclusiva é aquela que valoriza a diversidade humana, contempla as diferenças individuais e realiza mudanças administrativas, físicas, processuais e de treinamento para que haja realmente a inclusão do PNE. Logo, a inclusão ao mercado de trabalho deve-se não somente ao

cumprimento da legislação, mas à realização de práticas de mudanças por parte das empresas, bem como a conscientização dos funcionários a respeito da inclusão, para que não haja discriminações por parte destes e assim as potencialidades dos PNE's possam ser desenvolvidas da melhor maneira possível.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é classificada com uma abordagem qualitativa, pois segundo Haguette (2000, p. 63), esse tipo de pesquisa, “permite fornecer uma compreensão de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social”.

O estudo foi de cunho exploratória-descritiva, com a finalidade de evidenciar quais os desafios que as Pessoas com Necessidades Especiais _PNE's, enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho, na cidade Araguaína-TO. Para Gil (2008, p.44), esse tipo de pesquisa “têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população, pretendendo determinar a natureza dessa relação”.

Quanto aos meios que foram empregados, pode ser considerada como pesquisa de campo com apoio bibliográfico. Foram aplicados questionários com um universo de 6 (seis) pessoas PNE's, destes, 3 (três) que ainda não estão atuando no mercado de trabalho, e 3 (três) que atuam, a procura de responder a questão norteadora desta pesquisa. Ainda para Gil (2008), a pesquisa de campo procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade.

A coleta das informações foi através de entrevista oral e escrita, respeitando os aspectos éticos, e as limitações de cada participante. A participação foi de caráter voluntário, através de convite informal em algumas empresas e em locais públicos, observando as condições do exercício da autonomia e da liberdade individual.

Foram esclarecidos os objetivos, a metodologia e a aplicação dos resultados da pesquisa, para então serem discutidas e analisadas as principais dificuldades encontradas para atuar no mercado e quais as TA's que são disponibilizadas aos mesmos como forma de facilitar a execução das atividades.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste tópico, discorre a análise dos dados da presente pesquisa, onde é mensurado o grau de disponibilidade de recursos de TA aos PNE's no mercado de trabalho da cidade, sob a perspectiva dos mesmos.

4.1 ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO

O município de Araguaína foi criado em 14 de novembro de 1958 pela Lei Estadual nº 2.125. De acordo com o IBGE (2010), possui uma área territorial de 4.000,416 km² e altitude média de 227 metros, compreendendo as coordenadas geográficas de 07°11'28" de Latitude Sul e 48°12'26" Longitude Oeste. Localizada ao norte do estado do Tocantins e a 388km da capital Palmas, é também chamada de "Capital do Boi Gordo", sendo uma das principais cidades do estado, destacando-se economicamente por atividades ligadas ao comércio, agroindústria, serviços e pecuária. Tem como principal via de acesso a BR -153, também conhecida como Belém-Brasília, que corta a cidade no sentido Norte – Sul e a rodovia estadual TO – 222 no sentido Leste – Oeste.

A cidade passou a se desenvolver social e economicamente a partir de 1960. De acordo com Da Luz (2015), após a criação da BR-153 foi crescente a economia na cidade de Araguaína, primeiramente com a geração de novos empregos e posteriormente com a chegada de novos investidores vindos de outras partes do país, alcançando hoje o lugar de maior polo da região norte do Tocantins.

O município possui uma infraestrutura irregular, sendo comum a falta de rede de esgoto sanitário, asfalto de qualidade e áreas de lazer. A rede hospitalar, educacional e bancária do município, serve de base para a comunidade local e para a circunvizinhança, em especial do Sul do Pará, Maranhão e Piauí. (DA LUZ, 2015).

4.2 REFLEXÃO E ANÁLISE DOS RELATOS E DISCUSSÕES DOS DADOS PESQUISADOS

Neste tópico são apresentados resultados coletados durante a pesquisa, dos quais 3 (três) dos questionários foram feitos com pessoas que estão atuando no mercado de trabalho e 3 (três) com pessoas que não estão. Todos os entrevistados,

possuem algum tipo de deficiência e são citados por nomes fictícios, afim de manter o sigilo de suas identidades, os quais o perfil está descrito a seguir:

A faixa etária dos entrevistados está 90% entre 31 a 40 anos e 10% acima de 41 anos. O sexo que predomina no mercado de trabalho é o masculino, correspondendo a 90%, enquanto o feminino está presente em apenas 10% das empresas pesquisadas. Constatou-se que o tipo de deficiência preponderante no mercado é a física, sendo que nenhum dos entrevistados tinham outro tipo de necessidade. Quanto ao grau de escolaridade dos entrevistados, 10% tem o Ensino Fundamental Incompleto, 80% tem o Ensino Médio completo e 10% tem o Ensino Superior completo.

Questionou-se se devido a necessidade especial, foi difícil encontrar um emprego, onde dos 6 entrevistados, 2 (dois) (Sra. Maria e o Sr. Felipe) apenas afirmaram que não encontram dificuldade. Outro entrevistado, denominado Sr. João, justificou afirmando que *“foi difícil devido a locomoção no transporte público, pois na maioria dos ônibus não tem acessibilidade”*. Já o Sr. Pedro, declara que *“por mais que esteja atuando no mercado de trabalho, foi difícil encontrar emprego, pela falta de experiência e até mesmo na dificuldade de entregar os currículos nas empresas”*. Para o Sr. Antônio, que já atuou no mercado de trabalho e hoje encontra-se desempregado, assegura que *“pela sua deficiência é difícil as empresas contratarem devido suas limitações, não sendo possibilitado de executar diversas atividades”*. E o Sr. Anderson, alega que em *“decorrência de sua aposentadoria, não procurou emprego porque perderá o benefício”*.

Verificou-se qual o ponto de vista dos entrevistados referente a necessidade de Tecnologias Assistivas no mercado de trabalho, onde a Sra. Maria afirmou *“que nunca viu grandes recursos de TA no mercado de trabalho”* e o Sr. Pedro alega que *“a necessidade é grande pois há deficientes que precisam de algum tipo de auxílio para conseguirem desenvolver suas atividades”*. Já o Sr. Felipe salientou que, *“as empresas não querem contratar PNE’s”*, o Sr Anderson declarou que *“vejo nós, portadores de necessidades especiais, completamente desassistidos. Não tem um órgão para auxiliar, nos amparar na área de emprego”*.

O Sr. Antônio expôs que *“falta melhorar muita coisa, a acessibilidade, principalmente para cadeirantes é muito precária, não somente em empresas, mas em outros ambientes”*. E o Sr. João declarou que as empresas *“deixam muito a desejar. A maioria das pessoas com deficiência, são de classe baixa e não tem*

condições de comprar uma cadeira de rodas, por exemplo, e o governo não oferece políticas públicas que de fato os auxiliem”.

Indagou-se em relação a quais recursos de TA eles têm acesso ou acham necessários para desenvolverem atividades laborais, os 3 (três) que atuam no mercado de trabalho, responderam que não utilizam nenhum recurso, pois não há disponível em suas respectivas empresas. Dos 3 (três) que não estão trabalhando, o Sr. Antônio afirmou que necessita de uma prótese de braço, o Sr. João destaca a necessidade do uso de uma cadeira de rodas e o Sr. Anderson declarou que necessita somente de uma oportunidade e que pode realizar muitas atividades, sem necessidade do uso de TA.

Na intenção de conhecer quais os principais fatores que tem contribuído para o acesso e uso da TA em seu trabalho, somente os senhores Pedro e Felipe afirmaram, sem maiores explicações, que as respectivas empresas nas quais trabalham oferecem apoio suficiente para pessoas que têm necessidades. Já a Sra. Maria pontuou que a empresa na qual trabalha *“Não oferece o apoio necessário. Só tem rampas na frente da loja. Se houvesse um funcionário cadeirante não conseguiria ir ao refeitório, pois o acesso é através de escadas, tem um elevador na empresa, porém não funciona”.*

Para os entrevistados que não estão ativos no mercado de trabalho, perguntou-se quais os requisitos exigidos que dificultam sua inserção no mesmo. O Sr. Anderson afirmou que é qualificação profissional, o Sr. Antônio complementou que além de qualificação profissional exige-se experiência profissional, já o Sr. João disse que o que é realmente necessário é o incentivo de familiares e amigos para quebrar a “parede de bloqueio” que pessoas com deficiência têm, devem ajudar com palavras de incentivo, para que essas pessoas saiam à luta, além de sentir a necessidade de ações do governo com cursos de capacitação profissional para os PNE’s.

Aos PNE’s que estão inseridos no mercado de trabalho, foi questionado quais os principais desafios enfrentados por eles nas respectivas empresas em que trabalham. A Sra. Maria e o Sr. Pedro afirmaram que nunca passaram por nenhum desafio em seus trabalhos e o Sr. Felipe acrescentou que a convivência com seus colegas é tranquila.

Referente aos principais desafios enfrentados pelos entrevistados que estão desempregados, em seu último emprego. O Sr. Anderson respondeu que nunca trabalhou, o Sr. Antônio declarou que sua maior dificuldade era abrir o portão e colocar

o encaixe na mangueira para regar plantas, necessitava da ajuda de colegas para isso. Já o Sr. João foi além, expondo que *“a minha maior dificuldade era o transporte público, pois necessitava percorrer 10 km e nem sempre tinha elevador nos ônibus, precisava da ajuda de terceiros para subir e já cheguei ao ponto de ter que entrar na frente de ônibus para eles poderem parar, pois muitas vezes não o faziam e o patrão não quer saber disso, não quer saber do seu problema, ele quer que você esteja lá para cumprir a meta”*.

Quando solicitado para que os entrevistados deixassem um depoimento a respeito dos PNE's, que encontram dificuldade para ingressarem no mercado de trabalho, a Sra. Maria baseou-se em sua própria experiência, dizendo que: *“O que eu sempre fiz foi nunca desistir, porque cada empresa vê a pessoa de um jeito diferente. Se uma empresa disser não, procure outra que você vai conseguir”*. Já o senhor Pedro, atentou-se à legislação: *“A pessoa precisa buscar seus direitos, pois cada empresa precisa cumprir a Lei de Cotas”*. As mensagens dos senhores Anderson e Felipe foram semelhantes às anteriores, diferenciando-se somente em algumas palavras de igual significado. Já o pensamento do senhor Antônio é diferente: *“Não existe dificuldade, a dificuldade está na própria pessoa que tem deficiência, é só se capacitar e correr atrás que consegue”*. Já o Sr. João deixou sua mensagem usando uma figura de linguagem: *“Uma andorinha sozinha não faz verão. Se muitos se juntassem, se incentivassem e corressem atrás dos seus objetivos, o governo seria obrigado a mudar. Se interessarem, lutem, não deixe aplacar seus sonhos. Existem 1001 barreiras, mas corra porque lá na frente a vitória é grande”*.

Percebe-se, que questões como capacitação profissional, disponibilidade de TA, falta de acessibilidade e experiência profissional, dificultam o acesso dos entrevistados de ingressarem ou desenvolverem suas atividades no mercado de trabalho, o que acaba configurando-se uma falta de assistência para os mesmos, além da falta de políticas públicas para resolver parte dos problemas.

Nota-se também, que alguns PNE's, “acomodam-se” e acabam deixando algumas oportunidades passarem ou até mesmo sentem-se desassistidos por parte da família, o que acaba desestimulando e não indo em busca de oportunidades, além das empresas não estarem tão atentas ao que é regido por lei, fazendo somente o necessário ou muitas das vezes, os contratam e não dão o suporte necessário para desempenharem as suas atividades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

De acordo com os aspectos observados e analisados para a elaboração deste artigo, conclui-se que este estudo foi de grande importância porque propiciou perceber que há uma grande desprovisão de melhoria da acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais ao mercado de trabalho e que muitas vezes as empresas somente os contratam para cumprir a lei.

A partir dos relatos dos entrevistados, pode-se perceber que eles se sentem completamente desassistidos e que lhes falta a oportunidade de entrar no mercado de trabalho e mostrar o que são capazes de realizar. Percebe-se também que a questão de locomoção, até mesmo para irem e voltarem do trabalho, é algo que os impede muitas vezes de conseguirem um emprego.

Observou-se através das informações coletadas, que as empresas ainda não estão equipadas com TA de maneira adequada para suprir a necessidade dos PNE's além de em sua maioria não dar oportunidades para atuarem no mercado de trabalho. Isso se dá, devido à pouca experiência profissional, dificultando sua contratação, além da falta de demanda dos órgãos públicos em oferecer ações de capacitação profissional voltadas ao público PNE's, o que poderia facilitar e oportunizar atuarem de igual forma, além de não terem conhecimento, os órgãos públicos não investem em políticas públicas, para criação de meios inovadores na produção de TA, afim de serem apresentados à este público.

Desta forma, à partir do que foi observado, recomenda-se que os órgãos públicos trabalhem cursos e ações de capacitação profissional voltados aos PNE's, para que minimize a dificuldade dos mesmos de não conseguirem entrar no mercado de trabalho por não serem qualificados profissionalmente. Bem como a criação de políticas públicas municipais com desenvolvimento de recursos de TA inovadores a fim de criar condições acessíveis aos PNE's ao mercado de trabalho, para que assim eles vençam obstáculos relacionados à mobilidade, à aprendizagem e à comunicação.

Recomenda-se ainda a conscientização dos empresários, em relação à importância de trabalhar com os PNE's como um meio de inclusão e responsabilidade social, percebendo-se que a questão vai além de contratar pessoas, competindo também, oferecer-lhes oportunidades de desenvolverem seus talentos e garantindo-lhes condições de interação com os demais funcionários e demais parceiros.

Desta maneira, conclui-se este estudo, alertando sobre a importância da reflexão, para uma sociedade inclusiva, onde, ações permanentes de educação e do poder público, se materializem o princípio de equidade, integridade, autonomia e participação e atuação no mercado de trabalho de todos os sujeitos, independente da sua condição física.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: 2008. Disponível em: http://soplaar.com/material_individual/pdf/144S832O4P507L538A401R111.pdf Acesso em: 31 de ago. de 2016.

_____. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: 2013. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 28 de out. de 2016.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência –SNPD 2009. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/tecnologia-assistiva.>> Acesso em 04 de ago. de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 3.298 de 1999, que dispõe sobre a saúde**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 03 de nov. de 2016.

_____. **Decreto nº 5.296 de 2004, que dispõe do atendimento prioritário**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 03 de nov. de 2016.

_____. **Decreto nº 6.949 de 2009, que orienta sobre o direito das pessoas com deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 03 de nov. de 2016.

_____. **Lei nº 8.213/9, que norteia sobre habilitação e reabilitação profissional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em: 03 de nov. de 2016.

Cruz DMC, *et al.* **O trabalho e a tecnologia assistiva na perspectiva de pessoas com deficiência física.** Rev Ter Ocup Univ São Paulo, set.- dez. 2015.

DA LUZ, Odília Coelho. **A acessibilidade em Araguaína como fator de inclusão de portadores de necessidades especiais.** Monografia de Conclusão de Curso, UFT. Araguaína, 2015.

GIANULLO, Wilson. **Direito dos Portadores de Deficiência Física.** VII Jornada de Iniciação Científica. SP. 2011. Disponível em:
http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Pesquisa/pibic/publicacoes/2011/pdf/dir/ana_carolina_pecin.pdf. Acesso em: 26 de set. de 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo. Atlas. 2008.

HAGUETTE. T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** Editora Vozes. Petrópolis, 2000.

IBGE. Censo Demográfico 2010. **Características Gerais da População, Religião e Pessoas com deficiência.** Disponível em:
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 27 de set. de 2016.

ISO 9999, NORMA INTERNACIONAL, de 1998.
<http://www.siva.it/ftp/en_iso_9999.zip>. Acesso em: 05 de mai. de 2006.

MANZINI, E. J. 2005. **Tecnologia assistiva para educação:** recursos pedagógicos adaptados. In: Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, p. 82-86.

OLIVEIRA, Jaqueline Moreira de; ARAÚJO, José Newton de; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **Dificuldades relativas à inclusão social das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.** Latin-American Journal of fundamental psychopathology on line. Ano VI, n. 1, p 77-89, maio/2006. Disponível em:
<<http://www.fundamentalpsychopathology.org/journal/mai6/6.pdf>>. Acesso em: 14 de nov. de 2011.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. CID-10. **Relatório mundial sobre a deficiência.** / World Health Organization, The World Bank; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. - São Paulo, 2012. Disponível em:
http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44575/4/9788564047020_por.pdf>. Acesso em: 17 de agos. de 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.**
Romeu Kazumi Sasaki – Rio de Janeiro: WVA, 1997.